



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO

Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 – Vila Sobrinho – Campo Grande/MS - CEP 79110-901 Telefones:
(67) 3368-1171, (67) 3368-1172 E-mail: setec.srms@dpf.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO

PREGÃO Nº/20...
(Processo Administrativo n.º.....)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços, com fornecimento dos materiais necessários, para conserto e revisão geral de um equipamento COMPARADOR ESPECTRAL DE VÍDEO - FOSTER & FREEMAN, MODELO VSC 5000, n.º de série 50212, para atender às necessidades deste Setor Técnico-Científico da Superintendência regional de Polícia Federal em Campo Grande-MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | Valor estimado |
|-------|------|---|----------------|
| 1 | 1 | Serviço de revisão geral, limpeza, lubrificação e ajuste final do equipamento COMPARADOR ESPECTRAL DE VÍDEO - FOSTER & FREEMAN, MODELO VSC 5000, n.º de série 50212, incluindo todas as despesas e material necessários à realização do serviço | R\$14.000,00 |

1.2. O parcelamento não é tecnicamente nem economicamente recomendável visto que o equipamento deverá ser desmontado e remontado, gerando aumento de custo de mão de obra e quebra de garantia;

1.3. Quanto a sustentabilidade da prestação de serviço, os resíduos produzidos deverão seguir a disposição final determinada pela legislação ambiental vigente, sendo as peças trocadas, permanecidas no órgão para uso em cursos, palestras como material de demonstração, para recondicionamento como peça sobressalente se comprovada a viabilidade econômica e técnica ou alienação por leilão.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do serviço para a recuperação de tal equipamento é necessário para reconduzir os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Documentoscopia do SETEC/SR/DPF/MS à situação anterior, fazendo com que os exames de contrafações de documentos e assinaturas falsas, entre outros, possam ser mais rápidos, seguros e precisos, tornando assim mais céleres o trâmite de inquéritos policiais, pois as demanda de exames documentoscópicos correspondem a aproximadamente 16% do total de exames realizados neste SETEC/SR/DPF/MS, e a realização de exames periciais documentoscópicos necessitam o uso de luzes forenses, lentes de ampliação, filtros, captação de imagens por meio de câmera fotográfica integrante do equipamento.

2.2. A execução do serviço em tela atenderá às necessidades do SETEC/SR/DPF/MS, sendo contratado através de serviço de natureza não contínua de profissional que comprove capacidade técnica para execução do mesmo e promova condições adequadas quanto ao funcionamento do equipamento descrito, adquirido com recursos do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.

2.3. O serviço demandado inclui a substituição da fonte de alimentação P5V e P12V, a substituição do filtro UV-VIS e a revisão geral, limpeza, lubrificação e ajuste final do equipamento.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- 4.1.1. Revisão geral
- 4.1.2. Limpeza e lubrificação das partes mecânicas
- 4.1.3. Substituição do filtro UV-VIS
- 4.1.4. Limpeza e tratamento anti-fungo das partes ópticas
- 4.1.5. Alinhamento óptico do equipamento
- 4.1.6. Substituição da fonte de alimentação P5V e P12V
- 4.1.7. Revisão do sistema elétrico
- 4.1.8. Revisão do sistema de iluminação
- 4.1.9. Revisão dos espelhos
- 4.1.10. Reconfiguração do software
- 4.1.11. Ajustes finais do equipamento
- 4.1.12. Montagem final do equipamento

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. a imagem se apresenta embaçada na luz visível, de forma não uniforme em diversos aumentos, não havendo superposição de imagens quando se permuta o nível de ampliação, não havendo correspondência das medições realizadas;

5.1.2. realizados os testes de "communication error" elaborado pelo fabricante foi detectado que as saídas de 5V da fonte (PSU) funcionavam mas a de 12 V não;

5.1.3. a atualização do software do equipamento foi realizada até a versão 5.8.

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas, utensílios e materiais necessários, nas quantidades estimadas e qualidades,



conforme lista exemplificativa, não exaustiva, a seguir apresentada, promovendo substituição quando necessário:

5.2.1. Filtro Uv-Vis;

5.2.2. Fonte de alimentação P5V e P12V específica para o equipamento;

5.2.3. Fios, conexões, lâmpadas ou "leds", fusíveis, borrachas e outros insumos necessários para a correta montagem, regulagem e funcionamento do equipamento.

5.2.4.

5.3. Deverão estar contemplados na proposta todos os custos referentes à mão de obra necessária para o pleno restabelecimento do funcionamento do equipamento, tais como despesas de locomoção, estadia, viagem, etc.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. A prestação dos serviços será executada no endereço da empresa contratante, situada a rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322, Lar do Trabalhador, Campo Grande-MS;

6.1.2. A Contratada deverá realizar os serviços conforme este Termo de Referência e proposta comercial apresentada;

6.1.3. A Contratada fornecerá os equipamentos, aparelhos e ferramentais necessários à prestação dos serviços, bem como dos materiais básicos empregados na execução das tarefas

6.1.4. As peças retiradas permanecerão de posse da contratante ao final dos trabalhos.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada após quinze (15) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço a qual será encaminhada via correio eletrônico (via e-mail institucional para o e-mail da contratada com confirmação de recebimento) ou via carta registrada com aviso de recebimento (AR);

7.2. O prazo para conclusão do trabalho será de até trinta (30) dias, contados do início da execução;

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos mesmos prazos previstos nos incisos 7.1 e 7.2 para a contratada saná-los, contados a partir do recebimento da notificação via correio eletrônico (via e-mail institucional para o e-mail da contratada com confirmação de recebimento) ou via carta registrada com aviso de recebimento (AR);

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato da entrega do serviço prestado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (05) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

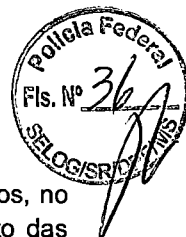
9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;





9.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.10.1. O(s) funcionário(s) da empresa contratada devem se sujeitar a identificação ao serviço de plantão com apresentação de documento de identidade, inclusive com coleta de dados biométricos e outros procedimentos previstos por instruções normativas da contratante.

12.10.2. O acesso do(s) funcionário(s) da empresa contratada deverá se restringir ao laboratório de documentoscopia, sanitários, escadas e corredores de acesso ao local de execução do serviço, sendo vedado acesso a outras áreas.

12.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

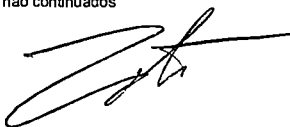
13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;





13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 16 (dezesesseis) dias;

13.2.2.1. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.3. multa compensatória de 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.1.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.2. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Município de Campo Grande, julho de 2016

Zoroastro Barbosa Passos
Perito Criminal Federal
Mat.: 11060

ZOROASTRO BARBOSA PASSOS
PERITO CRIMINAL FEDERAL